



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 41/2021 – Processo Licitatório nº 87/2021

OBJETO: Registro de preços para futura aquisição de mobiliário destinados as Escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

IMPUGNANTES: LUIS CÉSAR REIS - ME

MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA

I – PRELIMINARMENTE

As impugnações interpostas pelas empresas LUIS CÉSAR REIS - ME. – CNPJ: 93.920.361/0001-37 e MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA – CNPJ: 93.234.789/0001-26, foram apresentadas tempestivamente, conforme disposição do Decreto Federal nº 10.024/2019.

II – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

As empresas supramencionadas ingressaram com as presentes impugnações, requerendo, resumidamente, a modificação parcial do Edital de licitação, conforme razões expostas nos pedidos em anexo ao processo licitatório.

III – DA ANÁLISE

Cabe inferir que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais aquela entidade que pretende contratar analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre elas, a mais vantajosa para os cofres públicos. Em razão disso, essa série de atos administrativos sofre controle por parte do poder público.

Da mesma forma, dispõe a lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia; a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:



**MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Em consonância com o alegado, segue o entendimento de Marçal Justen Filho:

A licitação é um procedimento orientado a fixar critérios objetivos para disciplinar a competição entre os interessados na contratação pública, eliminando a seleção fundada em preferências arbitrárias ou fundadas em critérios subjetivos. O tratamento isonômico visa assegurar a escolha da proposta mais adequada, dotada de maior vantajosidade. O que não se admite é a fixação de regras discriminatórias que impeçam a seleção da proposta dotada de maior vantajosidade. (2012, pág. 69).

Pela análise das referências citadas verifica-se que o objetivo da licitação não é contratar qualquer empresa ou qualquer produto indistintamente, mas, selecionar entre todos os interessados os que forneçam o produto ou serviço que atenda às necessidades do interesse público sem muita rigorosidade e formalismo.

Logo, é dever da Administração Pública estabelecer requisitos mínimos e compatíveis com o objeto da contratação, para assegurar o maior número de participantes, em cumprimento aos princípios licitatórios da isonomia e competitividade, na busca da proposta mais vantajosa.

Feito este breve relato das licitações e após análise do conteúdo das impugnações e consulta verbal a procuradoria jurídica do município, temos a considerar o seguinte:

Considerando que o órgão responsável pela fiscalização das medidas constantes nas Portarias expedidas pelo INMETRO e citadas pelas impugnantes é o próprio INMETRO;

Considerando que as certificações dos produtos são compulsórias, ou seja, a empresa somente poderá produzir/comercializar o produto depois que ele estiver certificado;

Considerando que as licitantes que comercializam, fabricam ou distribuem estes produtos são sabedoras destas informações, considerando o ramo de atividade e que, se efetuarem a venda de produto sem certificação para os órgãos públicos estarão sujeitos a penalidades pelo órgão fiscalizador;

Considerando que a empresa contratada deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas do



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

INMETRO, no que couber, conforme exigência constante no item 5.1, letra “p” do Termo de Referência;

Considerando que o Município irá realizar a verificação do atendimento dos requisitos aplicáveis aos itens quando na entrega das mercadorias e que será recusado o recebimento de produtos em desconforme.

Quanto a descrição dos itens, esta foi elaborada por técnicos da Secretaria Municipal da Educação, baseado nas normas aplicáveis ao tipo de mobiliário, não havendo o que se discutir sobre a sua composição.

Em face do exposto esta pregoeira entende que não há razão para realizar a alteração do instrumento convocatório, contudo, na entrega dos itens deverá a fiscalização observar o atendimento das especificações técnicas do INMETRO, conforme estabelecido no Termo de Referência.

Cumprе esclarecer que, referente ao atraso para responder as impugnações, está pregoeira justifica devido a elevada demanda de trabalho que possui no setor no qual está lotada, visto que a função de Pregoeira não é atribuição exclusiva desta servidora, sendo realizada além das responsabilidades que já lhe são atribuídas.

IV - DO ENTENDIMENTO DA PREGOEIRA

Em razão do exposto, em respeito aos princípios básicos da lei de licitações e não havendo razões suficientes que justifiquem a retificação do Instrumento Convocatório, decido por conhecer das impugnações apresentadas, e no mérito, **NEGAR-LHES PROVIMENTO**, mantendo-se todos os termos do instrumento convocatório inalterados.

Encaminhe-se ao setor de licitações para serem adotadas as providências legais para prosseguimento do processo licitatório.

Frederico Westphalen, 02 de junho de 2021.


Carina da Silveira
Pregoeira